



PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO TOCANTINS ENTRE 2007-2023

MATOS, Izabela Thais Mota¹; **FONSECA**, Valéria Ellen Ribeiro Dantas da²; **SOUZA NETO**, Diógenes de³; **BRINGEL**, Fabiana de Andrade⁴;

RESUMO

A sífilis congênita é uma infecção de relevância epidemiológica, resultante da transmissão vertical da bactéria *Treponema pallidum*, que ocorre quando gestantes infectadas não são diagnosticadas ou tratadas adequadamente durante o pré-natal. Trata-se de uma das principais causas perinatais evitáveis, cujo controle depende da identificação precoce da infecção e do tratamento oportuno tanto da gestante quanto do parceiro. O objetivo deste estudo foi descrever o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Tocantins entre 2007 e 2023. O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, transversal, retrospectiva e qualitativa, baseada em dados secundários obtidos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Foram analisadas variáveis como raça/cor, escolaridade materna, realização de pré-natal, tratamento do parceiro e faixa etária. No período analisado, foram notificados 3.006 casos de sífilis congênita no Tocantins, resultando em uma

¹ Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/PIBITI). Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Faculdade de Ciências da Saúde. E-mail: izabela.matos@ufnt.edu.br

² Discente pesquisador colaborador. Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Faculdade de Ciências da Saúde. E-mail: valeria.fonseca@ufnt.edu.br

³ Professor Doutor da Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), colaborador do projeto de pesquisa. E-mail: diogenes.neto@ufnt.edu.br

⁴ Professora Doutora da Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), coordenadora e orientadora do projeto de pesquisa. E-mail: fabiana.bringel@ufnt.edu.br



taxa média de incidência de 7,23 casos por mil nascidos vivos, muito acima do limite de eliminação estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (0,5/1.000 nascidos vivos). Observou-se predominância de casos em crianças pardas, de mães com menor escolaridade e em gestantes cujos parceiros não realizaram o tratamento. Apesar do aumento da cobertura pré-natal, a persistência da transmissão vertical reflete falhas estruturais na atenção básica e na vigilância epidemiológica. Os achados apontam desigualdades raciais e sociais como determinantes da infecção e reforçam a necessidade de fortalecer as ações de prevenção, ampliação da testagem e adesão ao tratamento. Conclui-se que a sífilis congênita permanece um grave problema de saúde pública no Tocantins, exigindo políticas integradas e intersetoriais que visem à qualificação do pré-natal e à redução das desigualdades no acesso à saúde.

Palavras-chave: Pré-natal. Sífilis congênita. *Treponema pallidum*.

I. INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA

A sífilis congênita (SC) é uma doença infecciosa transmitida verticalmente da mãe para o feto, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Apesar de ser prevenível e tratável, ainda representa um desafio para a saúde pública brasileira, refletindo deficiências no diagnóstico precoce, no acompanhamento pré-natal e no tratamento dos parceiros (Wang *et al.*, 2019). O estudo foi desenvolvido na área da Saúde Coletiva, com enfoque em Epidemiologia, e busca compreender os fatores que influenciam a transmissão da sífilis no Tocantins, estado que ocupa posição de destaque em número de casos na região Norte. A relevância da pesquisa está na possibilidade de subsidiar políticas públicas e ações estratégicas voltadas à melhoria da assistência pré-natal e à redução de desfechos adversos. Além disso, contribui para a formação acadêmica de futuros profissionais da saúde, ao integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no enfrentamento de agravos evitáveis e na promoção da equidade em saúde.



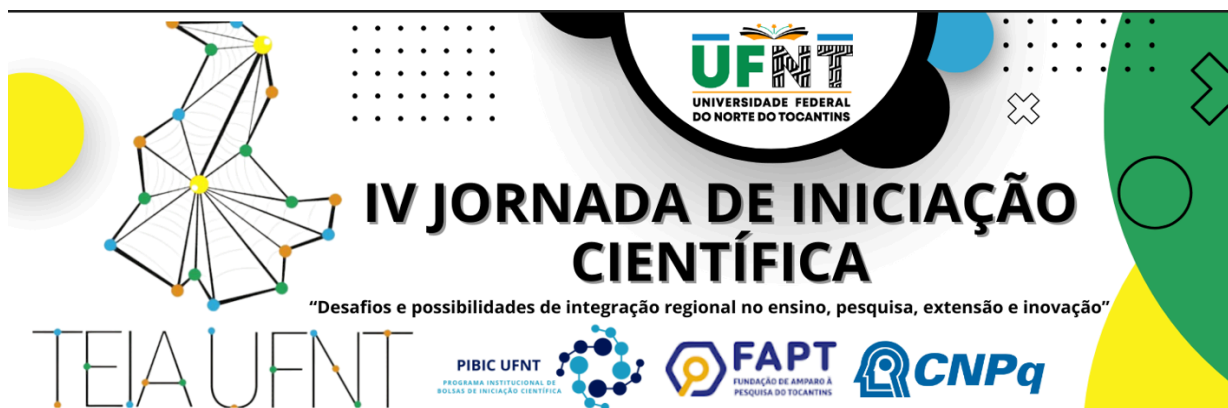
II. BASE TEÓRICA

O presente estudo fundamenta-se em referenciais teóricos nacionais e internacionais que abordam a epidemiologia, o diagnóstico e o controle da sífilis congênita (SC), com ênfase na análise dos fatores determinantes sociais e assistenciais que influenciam sua persistência. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016) estabeleceu como meta para eliminação da transmissão vertical da sífilis a taxa inferior a 0,5 casos por mil nascidos vivos, parâmetro ainda distante da realidade brasileira.

Estudos de Wang *et al.* (2019) evidenciam que, embora haja expansão na cobertura do pré-natal, a qualidade da assistência permanece insuficiente, com lacunas no diagnóstico precoce e no tratamento das gestantes infectadas. Em âmbito nacional, Monteiro *et al.* (2024), bem como Monteiro e Côrtes (2019) identificam o não tratamento dos parceiros como um dos principais fatores de manutenção da transmissão vertical, ressaltando a importância da abordagem familiar e da integralidade do cuidado. Além disso, Souza e Moraes (2023) destacam que desigualdades sociais, raciais e educacionais interferem diretamente na ocorrência da SC, tornando-a também um marcador das iniquidades em saúde.

A literatura revisada sustenta a compreensão da sífilis congênita como um indicador sensível da qualidade do cuidado pré-natal, conforme reforçado por Wang *et al.* (2019), que associam o rastreamento adequado e o tratamento oportuno à prevenção de desfechos adversos perinatais. No contexto brasileiro, os dados epidemiológicos demonstram que a persistência da SC está relacionada a fatores estruturais, como a descontinuidade do cuidado, a baixa adesão ao tratamento e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Essa base teórica orientou a construção da metodologia descritiva e retrospectiva utilizada no estudo, com foco na análise dos determinantes epidemiológicos e sociais da SC no estado do Tocantins. O diálogo com os autores citados permitiu compreender a importância da integração entre vigilância



epidemiológica e atenção básica, assim como a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação do pré-natal e à redução das desigualdades que perpetuam a transmissão da sífilis congênita no Brasil.

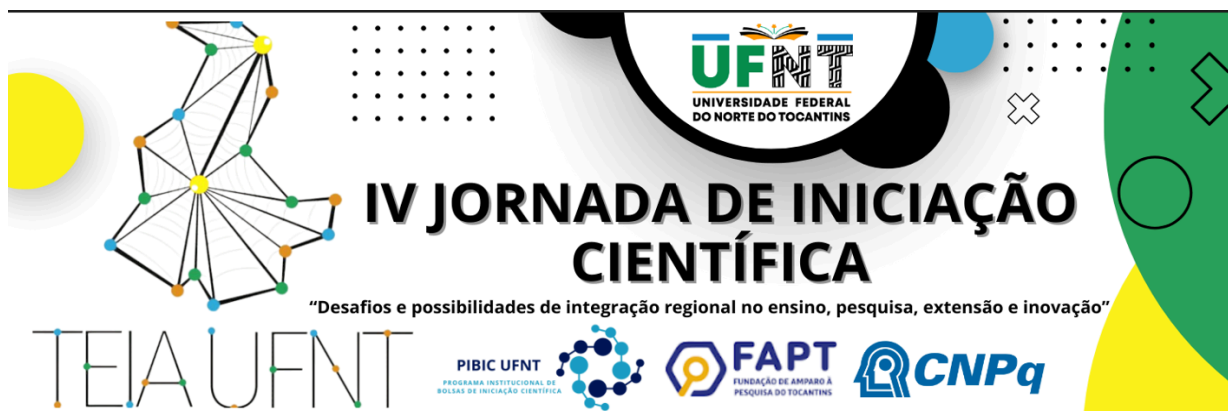
III. OBJETIVOS

O objetivo deste estudo foi descrever o perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Tocantins entre 2007 e 2023, por meio da determinação da taxa de incidência da doença, da análise de indicadores sociais e variáveis maternas, como raça/cor, escolaridade, realização de pré-natal e tratamento do parceiro, além de quantificar os casos recentes e tardios de sífilis congênita.

IV. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, transversal, retrospectiva e qualitativa, baseada em dados secundários obtidos no Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) (Brasil, 2025), referentes aos anos de 2007 a 2023 Foram incluídos todos os casos de sífilis congênita notificados em residentes do estado do Tocantins. As variáveis analisadas compreenderam raça/cor, escolaridade materna, realização de pré-natal, tratamento do parceiro e faixa etária. Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas (Microsoft Excel 365) e analisados estatisticamente com o software Minitab (versão 22.4.0). As informações foram apresentadas em tabelas e gráficos, e a taxa de incidência foi calculada por mil nascidos vivos.

Por utilizar dados públicos, a pesquisa dispensou aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.



V. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 2007 e 2023, foram notificados 3.006 casos de sífilis congênita (SC) no Tocantins, com taxa média de 7,23 por mil nascidos vivos, muito acima da meta da OMS (<0,5/1.000). A maioria dos diagnósticos ocorreu em recém-nascidos até o sexto dia de vida (2.920, 97,8%), sendo diagnosticados com 7 dias até 12 anos 86 crianças (2,8%), sugerindo falhas na triagem pré-natal, achado semelhante ao descrito por Souza e Moraes (2023), que relacionaram diagnósticos tardios à vigilância fragmentada e à baixa integração entre atenção primária e serviços de referência.

Quanto ao perfil materno, 61,5% das mães tinham menos de 25 anos e 37,7% apresentavam ensino fundamental incompleto, convergindo com Costa *et al.* (2023), que associaram juventude e baixa escolaridade ao maior risco de transmissão vertical. Predominaram gestantes pardas (88,7%), seguidas de brancas (7,8%) e indígenas (2,3%), o que reflete desigualdades raciais, assim como apontou Souza e Moraes (2023), que destacam a vulnerabilidade estrutural e o menor acesso de populações negras e pardas aos serviços de saúde. Embora 92,6% tenham realizado pré-natal, apenas 58% foram diagnosticadas nesse período, 35,2% no parto e 6% após, demonstrando necessidade de qualificação da assistência. Esses achados corroboram Figueiredo *et al.* (2020) e Soares e Aquino (2021), que reforçam que a cobertura do pré-natal, isoladamente, não garante impacto positivo sem testagem adequada e serviços qualificados.

A baixa taxa de tratamento dos parceiros (14,4%) representa importante falha na interrupção da cadeia de transmissão, conforme Costa *et al.* (2023), que associam a ausência do tratamento conjunto ao risco de reinfecção materna e persistência da transmissão vertical. Os dados reforçam que, apesar da cobertura de pré-natal, a baixa adesão ao tratamento e as desigualdades sociais e raciais continuam sendo determinantes da persistência da SC no Tocantins. Experiências exitosas, como no Distrito Federal, mostraram redução de 37% dos casos em dois



anos com testagem universal e rastreamento de contatos (WHO, 2024), evidenciando que o controle da doença é possível com políticas intersetoriais, educação em saúde e vigilância qualificada.

VI. CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sífilis congênita permanece como um grave problema de saúde pública no estado do Tocantins, com incidência elevada e persistente, apesar da ampliação da cobertura pré-natal. Os achados apontam que a persistência da transmissão vertical está associada à baixa qualidade da assistência, ao tratamento inadequado dos parceiros e às desigualdades sociais. Conclui-se que estratégias integradas e intersetoriais são essenciais para o enfrentamento da doença, envolvendo ampliação da testagem, garantia do tratamento com penicilina e fortalecimento das políticas de equidade racial e social. O estudo contribui para o avanço científico e para a formação de profissionais da saúde comprometidos com a melhoria da qualidade do pré-natal e com a promoção da saúde materno-infantil no Brasil.

VII. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS. Tabnet**. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

COSTA, F. R. *et al.* Caracterização epidemiológica da sífilis congênita no Brasil entre os anos de 2017 e 2021. **Brazilian Journal of Health and Human Services**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 134–142, 2023. Disponível em: <https://bjhs.emnuvens.com.br/bjhs/article/view/694>. Acesso em: 2 jul. 2025.

FIGUEIREDO, D. C. M. M. *et al.* Relação entre oferta de diagnóstico e tratamento da sífilis na atenção básica sobre a incidência de sífilis gestacional e congênita. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, 2020.

MONTEIRO, N. P. da S. do R. *et al.* Sífilis congênita no Piauí: um retrato epidemiológico entre 2019 e 2023. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 8, p. e17990, 15 ago. 2024.



MONTEIRO, Renata; CÔRTEZ, Paula Pitta de Resende. A relação entre sífilis congênita e o tratamento do parceiro da gestante: um estudo epidemiológico. **Revista de Pesquisa Universitária**, v.10, n. 2, p. 1-12, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Eliminando a transmissão materno-infantil do HIV e da sífilis: validação de países*. Genebra: **OMS**, 2016. Disponível em:

<https://www.who.int/pt/news-room/detail/08-06-2016-who-validates-countries-elimination-of-mother-to-child-transmission-of-hiv-and-syphilis>.

SOARES, M. A. S.; AQUINO, R. Associação entre as taxas de incidência de sífilis gestacional e sífilis congênita e a cobertura de pré-natal no Estado da Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 7, 2021.

SOUZA, Nilene dos Santos; MORAES, Carlos Antonio de Souza. Determinação social da saúde e sífilis gestacional em Campos, RJ: particularidades de classe, raça, gênero e território. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 24, e43474, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/43474>.

WANG, Yajie *et al.* Risk factors for congenital syphilis transmitted from mother to infant — Suzhou, China, 2011–2014. **MMWR. Morbidity and Mortality Weekly Report**, v. 68, n. 10, p. 247–250, 2019. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/68/wr/mm6810a4.htm>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Eliminating congenital syphilis**: using evidence-based management in Brazil. Geneva: World Health Organization, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/20-12-2024-eliminating-congenital-syphilis--using-evidence-based-management-in-brazil>. Acesso em: 2 jul. 2025.

VIII. AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão à Profa. Dra. Fabiana de Andrade Bringel, minha orientadora, pela orientação cuidadosa, paciência e dedicação em todas as etapas desta pesquisa, cuja experiência, disponibilidade e incentivo foram essenciais para a realização deste trabalho e para meu desenvolvimento pessoal e acadêmico; à minha colega e amiga de curso Valéria Ribeiro, pela colaboração voluntária e valiosa contribuição durante a execução da pesquisa; ao Prof. Dr. Diógenes, pelo apoio técnico no tratamento estatístico dos dados; e ao Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Norte do Tocantins, pelo apoio, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins, que tornou este estudo possível.